

703

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	09.17.05.1999
C	<u>stoluevive</u>
	Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10630.001364/96-23

**Acórdão :** 202-10.595

**Sessão :** 13 de outubro de 1998

**Recurso :** 103.211

**Recorrente :** MODAD ALI

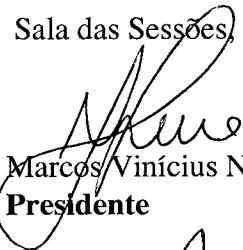
**Recorrida :** DRJ em Juiz de Fora - MG

**ITR – INSUFICIÊNCIA/INEXISTÊNCIA DE PROVAS –** O Decreto nº 70.235/72, em seu artigo 29, autoriza a autoridade administrativa julgadora a formação de sua livre convicção. Entendendo que as provas são insuficientes ou inexistentes, poderá, a seu talante, manter o lançamento questionado. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
MODAD ALI.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1998

  
Marcos Vinícius Neder de Lima  
**Presidente**

  
José de Almeida Coelho  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Helvio Escovedo Barcellos, Tarásio Campelo Borges, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Maria Teresa Martínez López e Ricardo Leite Rodrigues.

eaal/cf/gb



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

704

Processo : **10630.001364/96-23**

Acórdão : **202-10.595**

Recurso : **103.211**

Recorrente : MODAD ALI

## RELATÓRIO

O contribuinte **Modad Ali** impugnou o lançamento do ITR, exercício de 1995, relativo ao imóvel rural denominado “*Fazenda São João*” e localizado no Município de Itambacuri - MG (fls. 01). Aduziu o impugnante, em síntese, que o Valor da Terra Nua – VTN arbitrado no lançamento está em discordância com a realidade local. Para instruir o pleito, juntou o Laudo de Avaliação Técnica da EMATER-MG (fls. 04/08).

A autoridade julgadora de primeira instância, contudo, manteve o lançamento, sob o argumento de que as provas apresentadas não trazem uma análise técnica que justificasse a adoção dos valores requeridos. **“De forma alguma serão aceitas simples declarações de órgãos técnicos que apenas pretendam atestar e não comprovar o alegado.”** (fls. 11/15).

Ciente da decisão, todavia inconformado, o contribuinte interpôs Recurso de fls. 18, em que se limita a reafirmar os argumentos expendidos na peça impugnatória inicial.

Contra-Razões às fls. 26, onde a douta Procuradoria da Fazenda Nacional oficiou pelo não acolhimento do recurso, posto que **“os pontos levantados em seu recurso já foram exaustivamente elucidados, não tendo apresentado nenhum documento ou fato novo que justificasse a alteração da referida decisão.”**

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 10630.001364/96-23

**Acórdão :** 202-10.595

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JOSÉ DE ALMEIDA COELHO**

Conheço do presente recurso, pela sua tempestividade, mas, no mérito, nego-lhe provimento para manter a decisão recorrida, conforme o abaixo expedido.

A autoridade monocrática, em sua Decisão de fls. 11 a 15, bem examinou a matéria e decidiu, a meu ver, com evidente acerto.

Em sua ementa de folhas 11, vê-se que a condição para negar provimento ao recurso foi fundamentada na não apresentação de elementos de prova para que se pudesse modificar o lançamento efetuado.

Em sua impugnação de folhas 01, o ora impugnante Modad Ali insurge-se contra o VTN tributado.

Na decisão já referida de primeira instância, o Delegado de Julgamento examina com proficiência e profundidade as provas trazidas aos autos e chega à conclusão de que as mesmas não atendem as formalidades exigidas e, ainda, que o Laudo apresentado também não atende as exigências legais.

O recorrente, em seu recurso tempestivo de folhas 18, apenas se cinge a não concordar com o indeferimento de seu pedido vestibular, mas, nenhuma prova robusta traz que possa modificar a decisão recorrida; para que seja feita a retificação do ITR indicado, é necessário Laudo que preencha as condições exigidas. Caso contrário, não há como, conforme já se disse, modificar a decisão recorrida.

O duto Procurador da Fazenda Nacional, em suas Contra-Razões de folhas 26, cinge-se tão-somente em insistir na manutenção da decisão recorrida, isto porque não trouxe o recorrente elementos de prova para tal.

Em assim sendo, e do que mais dos autos consta, conheço do presente recurso, pela sua tempestividade, mas, no mérito, nego provimento para manter a decisão recorrida.

É como voto.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1998

JOSÉ DE ALMEIDA COELHO